

# Famílias e escola na contemporaneidade: (re)pensando as relações<sup>1</sup>

Parece ser consenso entre nós, educadores e educadoras, as constantes transformações sofridas pela sociedade ao longo do tempo. Logo, como partes constituintes desta sociedade, famílias e escolas também mudaram e continuam mudando. Neste sentido, alertamos para o risco de se tomar a ideia de parceria, entre essas duas instâncias de socialização, como uma evidência inquestionável.

Nos tempos atuais é cada vez mais recorrente em nosso meio ouvir os profissionais da educação se queixarem da ausência das famílias na escola, e pouco refletirem sobre o tipo de relação que se estabelece entre essas duas instituições. Não podemos desconsiderar a existência de fronteiras e hierarquias rígidas entre famílias e escola, seus interesses compartilhados e os conflitos existentes entre as expectativas de cada uma dessas instituições. Há por vezes a esperança de que a família resolva aquilo que a escola não se vê em condições de resolver, da mesma forma a família delega a escola o que é de sua responsabilidade. Assim, há demandas ilegítimas de parte a parte. Seria tão absurdo pedir à escola que resolva as brigas domésticas entre irmãos quanto pedir aos pais que resolvam problemas de indisciplina que ocorrem nas interações escolares. O que pretendemos afirmar aqui é que uma instituição não substitui a outra, nem pode condicionar seu dever de educar a atuação da outra.

Talvez este seja um dos principais entraves na relação entre famílias e escola, ou seja, a crença que há entre ambas uma solução de continuidade e que deva haver sempre harmonia em suas preocupações. A família age a partir de seus interesses, que são do âmbito privado. Já a escola age em nome do interesse público. Entre esses dois domínios - o público e o privado - pode haver zonas de interseção, porém há muitas zonas de conflito. O grande desafio que se apresenta a uma sociedade complexa e multifacetada como a nossa é ser capaz de lidar com os conflitos de forma aberta, considerando o outro como igual em dignidade e direito. Menosprezar a família, classificando-a como desestruturada ou incapaz, é negar-lhe o direito de ser um sujeito político. Dobrar-se a seus desejos e expectativas é negar à escola o seu ponto de vista específico, o seu direito de ser um sujeito político. Resta-nos, pois, a difícil tarefa de mediar o conflito pela palavra comprometida com o acordo ou ao menos com a transparência, quando este for inviável.

Precisamos desconstruir também as interpretações apressadas e injustas com relação aos baixos resultados escolares dos/as alunos/as justificado pela ideia de desinteresse dos pais pela escolaridade dos filhos, sobretudo, se forem famílias de camadas populares. Há uma diferença entre desinteresse, que supõe negligência voluntária e delegação, que é o produto de uma distância social da instituição, do que se faz ali, de suas peculiaridades, etc. O que pode acontecer, é que pais de meios populares não estejam em situação favorável para se interessar pela escolaridade de seus filhos (por problemas materiais, econômicos, profissionais, conjugais e/ou por competência). Esse tipo de julgamento aos quais se imputa de forma apressada o abandono educativo é tipicamente etnocêntrico<sup>2</sup>. São necessárias, de fato, muitas condições sociais favoráveis (econômicas, culturais, familiares) para que se tenha um universo familiar orientado para o interesse escolar da criança. Quando ouvidos, os pais oriundos de classes sociais menos favorecidas, podem manifestar o desejo de verem seus filhos e filhas se saírem melhor do que eles. Em outras palavras, não ignoram que a escola seja um degrau importante para essa ascensão social, por menor que seja.

Outra afirmação que ronda os bastidores da relação entre famílias e escolas na contemporaneidade é a de que pais com pouca escolarização não valorizam a escola. Ocorre que em muitos casos, esses adultos não dominam o repertório de práticas, saberes e informações que podem ajudar seus filhos no desempenho escolar. E, mesmo que o dominem, muitas vezes não têm tempo para ajudá-los por conta da jornada de trabalho que enfrentam. Assim, eleger como modelo ideal o padrão das classes médias escolarizadas e, a partir dele, fazer juízos morais sobre as famílias pobres é atribuir ao problema um contorno ideológico e suprimir o grave desafio que se coloca para a escola pública que atende os alunos oriundos desses segmentos socioculturais.

Precisamos nos atentar para as condições favoráveis na relação entre famílias e escola. Quando limitamos o sentido de parceria às reuniões informativas e esporádicas de pais, deixamos de nos atentar para algumas questões denunciadas desta assimetria estabelecida na relação. As reuniões são espaços públicos, formais e legítimos de expressão com os quais as pessoas mais desprovidas de escolaridade não costumam estar dispostas a serem confrontadas. Ir a essas reuniões e tomar a palavra em público não é tarefa fácil quando se tem o sentimento de não ser legítimo. Neste sentido, precisamos buscar outros modos de contato com as famílias onde o respeito e a solidariedade sejam a base.

São muitas as vantagens na construção desta relação. Os pais podem aprender muito com a escola, desde que esta não tenha a pretensão de ensiná-los, como se fossem adultos incapazes, mas sim, reconhecendo-os como cidadãos e trabalhadores, limitados pelo contexto em que se desenvolveram e por aquilo que com ele puderam fazer, assim como todos nós. Da mesma maneira, a escola também pode aprender com os pais, com o seu olhar sobre os alunos que são seus filhos; sujeitos singulares, que não podem ser reduzidos aos adjetivos sociais (favelados, órfãos, etc.) com os quais costumamos classificá-los. Assim, as famílias podem ajudar um/a professor/a a descobrir quem é aquele jovem/adolescente que a ele se apresenta como aluno.

Não negamos que são muitos os desafios que se colocam para a desconstrução de um ideal de relação onde a hierarquização, as assimetrias e o poder sejam o centro. Somente após este exercício (que deve ser constante) é que podemos vislumbrar a possibilidade de sermos mais exitosos no diálogo com as famílias de nossos/as alunos/as. Neste sentido, acreditamos que, para modificar alguns aspectos dessa relação, é preciso que os profissionais envolvidos na educação aceitem que seu saber educativo não pode distanciar-se do saber das famílias nem se colocar acima dele. Convergência e aproximação dos saberes parece ser uma importante estratégia para a construção de relações de confiança mútua e cooperação entre a família e a escola, compartilhando um mesmo projeto educativo. Também é preciso que as escolas reflitam sobre as suas práticas pedagógicas, assumindo as responsabilidades de sua ação, revertendo a postura queixosa em relação às famílias e tornando-as parceiras.

<sup>1</sup> Este texto é uma adaptação livre da entrevista com **José Sérgio Fonseca de Carvalho** a *Revista Pátio*, Junho 2013; Número 17. Disponível em: <https://www.grupoa.com.br/revista-patio/artigo/8905/uma-relacao-de-interesses-comuns-e-conflitos.aspx> e do artigo *Três Observações sobre as Famílias Populares e a Escola de Bernard Lahire*, publicado na *Revista Pátio*, Junho 2013; Número 17

<sup>2</sup> Etnocentrismo é um conceito da Antropologia definido como a visão demonstrada por alguém que considera o seu grupo étnico ou cultura o centro de tudo, portanto, num plano mais importante que as outras culturas e sociedades. Uma visão etnocêntrica demonstra, por vezes, desconhecimento dos diferentes hábitos culturais, levando ao desrespeito, depreciação e intolerância por quem é diferente, originando em seus casos mais extremos, atitudes preconceituosas, radicais e xenófobas.

# DDHH Direitos Humanos na sala de aula

## Apresentação

Esse exemplar, em sintonia com o lema "Famílias e Escola: promover o diálogo, construir parcerias", aborda a difícil e instigante tarefa de trabalhar as relações entre as famílias e a escola.

Refletir sobre essa questão, numa perspectiva de educação em direitos humanos, nos leva a questionar a forma como a escola vê e se relaciona com as famílias dos/as alunos/as.

Nesse sentido, a Sala de Aula em Movimento traz estes dois universos - família e escola - buscando conhecer as concepções que a criança e o adolescente têm sobre este duplo pertencimento, e de que maneira eles se aproximam ou distanciam. Da mesma forma, o texto aponta para a necessidade da escola compreender as múltiplas dimensões das famílias dos/as alunos/as, buscando desvelar a positividade presente nesta relação.

Paulo Freire nos ensinou a importância do diálogo nas relações humanas. A dialogicidade gera unidade entre pessoas, confere um sentido outro as nossas escutas. Dessa forma, esperamos que este boletim contribua para a construção de estratégias que afirmem o diálogo e favoreçam a desconstrução dos antagonismos quase sempre presentes na relação famílias e escola.

## A Equipe



Fonte: <https://www.grupoa.com.br/revista-patio/multimedia/8900/charge-edicao-no-17.aspx>  
Acessado em: 16/07/2015

## Datas Significativas

### Agosto

- 07 Dia Internacional da Educação
- 09 Dia Internacional dos Povos Indígenas - ONU
- 12 Dia Internacional da Juventude - ONU
- 24 Dia da Infância

### Setembro

- 08 Dia da Alfabetização
- 16 Dia Internacional da Paz
- 21 Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência e Dia da Árvore
- 23 Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças



Após 15 anos de tramitação, no dia 6 de julho último, foi sancionada a Lei nº 13.146 que institui o **Estatuto da Pessoa com Deficiência**, também denominada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Assim como outros estatutos, a ideia é reunir num marco legal os direitos e as garantias para determinados grupos sociais, fortalecendo e orientando as políticas públicas que lhes são destinadas.

# A Sala de Aula em Movimento

Cara professora, caro professor, nesse espaço, você está convidado a compartilhar conosco algumas atividades que se propõem a ressignificar o olhar da escola sobre as famílias e a aproximação entre esses dois atores sociais.

## Ensino Fundamental 1º, 2º e 3º Anos

O objetivo desta atividade é conhecer as concepções das crianças sobre dois universos onde estão inseridas: família e escola. Conversar sobre suas semelhanças e diferenças, possibilidades e limites e principalmente sobre as aprendizagens que estes dois espaços proporcionam. Neste nível de escolarização a criança começa a aprender a conviver em um espaço de socialização mais formal, onde lhe são exigidas atitudes e comportamentos para os quais ainda não está pronta. Esta passagem do mundo privado/informal para o público/formal deve ser construída nesta fase.

➤ Convidar as crianças a conversar sobre a escola e a casa, orientando o diálogo com perguntas:

	NA ESCOLA?	EM CASA?
O que você faz		
O que você aprende		
Com quem você aprende		
De que você brinca		
Onde é mais legal e por que		
O que você não pode fazer		

➤ Estas e outras perguntas orientam o diálogo. Sugerimos que você registre as principais ideias das crianças sobre a casa e a escola, ajudando-as a estabelecer as diferenças entre um espaço e outro. Para isso, use a tabela acima se achar conveniente.

➤ Após o diálogo, pedir às crianças que ainda não escrevem para desenhar em uma folha de papel dividida ao meio, de um lado coisas da escola, do outro, coisas de casa. Às crianças que já escrevem pedir que façam uma lista das coisas da escola e das coisas de casa.

➤ Em uma reunião de responsáveis, as crianças podem mostrar sua produção e o/a professor/a pode propor que os responsáveis realizem a mesma tarefa, pensando em sua escola quando tinha a idade da criança.

➤ Esta atividade deve ser conduzida pelo/a professor/a, tanto com as crianças, quanto com os pais, de modo a explicitar as diferenças entre o espaço da escola e da família, as funções de cada uma e principalmente a sua complementaridade como instâncias de educação e proteção da criança.

## Ensino Fundamental 4º e 5º Anos

A proposta desta atividade é despertar o entrosamento família/escola, envolvendo as crianças na preparação do convite da reunião de pais. Na maior parte das vezes o/a educador/a fica desanimado quando vai organizar uma reunião de pais, imaginando a baixa frequência e até mesmo os insultos que escuta algumas vezes.

➤ Conversar com as crianças sobre a necessidade de fazer uma reunião de pais e convidá-las a preparar a reunião. Explicar que a ideia é que elas ajudem a pensar uma reunião em que os pais gostem e fiquem felizes em vir à escola.

➤ Iniciar a conversa perguntando sobre que assuntos deveriam ser conversados com os pais. Registrar as sugestões no quadro. Se a lista for muito grande, propor uma votação, de modo a ter de três a cinco assuntos. Caso os assuntos não surjam espontaneamente, apresente algumas sugestões: o que os pais mais gostavam de sua escola? O que vocês mais gostam na escola, hoje. Se fosse possível, o que gostariam de mudar na escola dos filhos?

➤ Discutir com a turma como deve ser a reunião. O que eles acham que pode ser feito. Por exemplo: algum jogo coletivo, uma atividade de pintura com a participação dos pais, uma brincadeira.

➤ Convidá-los a preparar o convite para o dia da reunião, com desenhos e todas as informações necessárias.

➤ No dia da reunião, disponibilizar um tempo para os pais contarem a seus filhos suas experiências pessoais em seus tempos de escola.

## Ensino Fundamental 6º e 7º Anos

➤ Essa atividade propõe discutir uma questão central na vida dos/as alunos/as: **“Porque tenho que vir à escola?”**

➤ Colocar a questão no quadro e convidar os/as alunos/as a apresentarem suas respostas livremente como uma tempestade de ideias.

➤ Fundamentar o debate apresentando leis que obrigam a família e o poder público a se responsabilizarem pela matrícula da criança na escola, como por exemplo: art. 208, VII, § 1º da Constituição Brasileira (o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo) e art. 55 do ECA (os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino).

➤ Em seguida, dividir a turma em grupos e solicitar que cada grupo escreva um pequeno texto sobre o tema discutido, apresentando suas posições sobre a obrigatoriedade da criança e do adolescente frequentar a escola.

➤ Quando todos os grupos tiverem terminado, trocar os textos de modo que cada grupo fique com um texto elaborado por outro grupo.

➤ Os grupos devem ler e discutir sobre a posição dos colegas do outro grupo e escrever uma resposta explicando se concordam ou discordam da posição dos colegas, apresentando seus argumentos.

➤ Para ampliar a discussão, cada grupo pode fazer uma pesquisa com pais ou responsáveis, com professores, funcionários e direção da escola, perguntando se concordam ou não com a obrigatoriedade da frequência à escola e por quê.

➤ Convidar os/as alunos/as a fazer um rap, um vídeo, uma história em quadrinhos, dando sugestões de como a escola e a sua família podem tornar a obrigação de ir à escola uma experiência positiva e proveitosa para a criança e o adolescente.

➤ Cada grupo apresenta sua produção à turma.

➤ Sugerimos que o/a professor/a organize uma reunião com os responsáveis e alunos/as para apresentação dos trabalhos realizados e discussão com os pais.

## Ensino Fundamental 8º e 9º Anos

➤ Apresentar o vídeo “Educação”, desenvolvido pelo Grupo Nós na Fita, da ONG BemTV, disponível em <http://www.bemtv.org.br/portal/downloads.php>.

➤ Após a exibição, promover uma discussão socializada, solicitando que expressem as opiniões e sentimentos manifestados por cada um dos atores sociais representados no vídeo (família - aluno/as - professores/as) em relação à escola. Enriquecer o debate indagando sobre o que concordam, discordam, o que consideraram mais significativo no vídeo e o que gostariam de acrescentar sobre a sua visão de escola.

➤ Quando sentir que as ideias levantadas são suficientes para traçar um cenário das tensões e dos diferentes pontos de vista sobre a escola, fechar o debate com a frase final do vídeo: “são tantas coisas para mudar...”, lançando as perguntas: o que quero mudar na minha escola? O que eu posso fazer para que a minha escola seja um lugar mais legal para aprender e conviver?

➤ Dividir a turma em grupos e distribuir para cada grupo duas filipetas de papel de cores diferentes. Solicitar que numa filipeta registrem 2 ou 3 coisas que desejam mudar na escola e na outra o que poderiam de fato fazer para que essa mudança positiva aconteça.

➤ Pedir que cada grupo apresente suas propostas. Fixá-las no mural. Comentá-las, fazendo uma síntese, ressaltando as convergências e diferenças entre elas.

➤ Inspirada na frase de Paulo Freire de que “mudar é difícil, mas não é impossível”, propor que ampliem essa discussão, realizando um levantamento junto à família, funcionários/as, professores/as e outros alunos/as sobre o que os/as incomoda na escola e o que poderiam fazer para melhorar essa situação.

➤ Como desdobramento, tabular o material coletado e divulgar os resultados no mural da escola. A consulta pode servir de base para a realização de projetos/atividades que contribuam para a realização das principais mudanças desejadas e fortalecer o diálogo entre as famílias e escola.

## Mosaico

Redução da maioria penal ou da humanidade?

Lamentavelmente, um dia após a derrota da PEC 171 (Proposta de Emenda Constitucional que indica a redução da maioria penal), uma manobra regimental do presidente na Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, aprovou, em plenário, a responsabilização criminal de jovens de 16 e 17 anos. A emenda ainda será votada em segundo turno pelo plenário da Câmara e, caso aprovada, seguirá para o Senado. Portanto, a questão ainda não está definida. Nesse sentido, com base numa educação em direitos humanos precisamos continuar questionando:

- ✘ Que sociedade queremos construir com medidas que penalizam jovens - agentes da violência sem discutir suas verdadeiras causas?
- ✘ Que efeitos a incitação ao medo e à desconfiança, reforçada pela mídia, aqueles/as que se enquadram no estereótipo de “bandidos”, produzem na sociedade?
- ✘ Em tempos de mercantilização dos direitos sociais, a quem interessam medidas que contribuem para criminalizar a pobreza?



## Recado importante:

Para movimentar ainda mais esta seção precisamos de sua participação. Envie sugestões de materiais, atividades pedagógicas e informes de eventos realizados em sua escola sobre o lema ou sobre a temática dos direitos humanos para o e-mail [escola@novamerica.org.br](mailto:escola@novamerica.org.br).

Lembre-se que a última edição do DDHH é dedicada à publicação de atividades realizadas nas escolas. Acessando o site do Observatório de Educação em Direitos Humanos em Foco <http://observatorioedhmfoco.com.br/> diretamente ou pela página da Novamerica você encontra diferentes materiais para inspirar e fundamentar seu trabalho. Portanto, mãos à obra!

## Enriquecendo a Ação:

**Livros:**

- Para os educadores/as: A Relação Família/Escola - Desafios e Perspectivas de Heloísa Szymanski da Ed. Plano, 2002.
- Para as crianças: É tudo família!, de Alexandra Maxeiner e Anke Kuhl, Ed. L&PM, 2013. Editores, 2013, sobre as novas configurações familiares.

**Na internet:**

- Portal Bem TV - disponibiliza materiais para a construção de práticas de educação em direitos humanos.
- Publicações dos Conselhos Escolares disponíveis no portal.mec.gov.br
- Documentário “Professoras de Marília”, produzido em 2012, aborda as condições de trabalho e percepção profissional de professoras da rede municipal de Marília (SP).
- Documentário “Entre saberes” sobre a educação pública, produzido pela UFOP, em 2013.